



PROCESSO Nº : 194.769-9/2025
PRINCIPAL : FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE VERA
INTERESSADO : J.M.D.
CARGO : PROFESSOR
ASSUNTO : APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
RELATOR : AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO LUIZ CARLOS PEREIRA

PARECER Nº 1.431/2025

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE VERA. SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES APONTADAS. RELATÓRIO FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO REGISTRO. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS PELO REGISTRO DA PORTARIA Nº 008/2024.

1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Portaria que reconheceu o direito à **aposentadoria por invalidez**, com proventos integrais e direito a paridade, concedido ao **Sr. J.M.D.**, inscrito no CPF sob o nº 349.928-632-72, servidor efetivo no cargo de Professor Licenciatura Plena, Classe "C", Nível "2", lotado na Secretaria Municipal de Educação, no município de Vera/MT.
2. Após o saneamento das irregularidades apontadas, a 2ª Secretaria de Controle Externo manifestou-se favoravelmente ao **registro da Portaria nº 008/2024**.



3. Vieram, então, os autos para análise e Parecer Ministerial.
4. É o relatório, no que necessário. Segue a fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

5. A Constituição da República Federativa do Brasil conferiu ao Tribunal de Contas da União a competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do Ato Concessório, art. 71, III, da Constituição Federal.
6. No caso em tela, o ato sob apreciação explicitou os fundamentos legais contidos no Art. 40, §1, I, e §8 da CF/88 com redação da Emenda Constitucional n° 41/2003 de 19 de dezembro de 2003; combinado com § 7º do artigo 10 da Emenda Constitucional n° 103 de 12 de novembro de 2019, e os arts. 12, I, "a" e 14 da Lei Municipal n° 1102/2014 de junho de 2014, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Vera – MT e anexo I da Lei Municipal n° 953/2011 e anexo I do Decreto Municipal n° 006/2024.
7. Ressalte-se, ainda, que o benefício sob análise se enquadra nas hipóteses de análise simplificada baseada em materialidade, relevância e risco por parte da unidade técnica do Tribunal de Contas, instituída pela Resolução Normativa TCE n. 16/2022, que alterou a Resolução Normativa TCE n. 03/2022.
8. Assim, considerando que o valor dos proventos à época da concessão é inferior a seis salários-mínimos, houve a publicação do ato administrativo da concessão de aposentadoria, e houve a correta indicação dos dispositivos legais pertinentes, atendendo-se os requisitos estabelecidos nos artigos. 7º a 12 da Resolução Normativa TCE n. 03/2022, **sugere-se o registro da Portaria n° 008/2024.**



3. CONCLUSÃO

9. Pelo que foi exposto, o **Ministério Público de Contas**, no exercício de suas atribuições institucionais, **opina pelo registro da Portaria nº 008/2024.**

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 14 de maio de 2025.

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR
Procurador-geral de Contas
(em substituição legal, ATO PGC Nº 003/2025)